

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

JULIANA MOREIRA RAMOS

**A GEOGRAFIA E A VISÃO GENERALIZADA SOBRE O CONTINENTE
AFRICANO: UM OLHAR SOBRE A BNCC E SOBRE A LEI 10.639/03**

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ

2025

JULIANA MOREIRA RAMOS

**A GEOGRAFIA E A VISÃO GENERALIZADA SOBRE O CONTINENTE
AFRICANO: UM OLHAR SOBRE A BNCC E SOBRE A LEI 10.639/03**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para conclusão do curso de Licenciatura em Geografia

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Abrate Luigi Junior

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ

2025

JULIANA MOREIRA RAMOS

**A GEOGRAFIA E A VISÃO GENERALIZADA SOBRE O CONTINENTE
AFRICANO: UM OLHAR SOBRE A BNCC E SOBRE A LEI 10.639/03**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para conclusão do curso de Licenciatura em Geografia

Aprovada em 31 de janeiro de 2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo Abrate Luigi Junior (orientador) - UFF/ Campos

Prof. Me. Vinícius Brito Quinhones (avaliador interno) - UFF/ Campos

Prof. Lic. Bruno de Souza Silva (avaliador externo) - Professor da Educação Básica

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ

2025

Ficha catalográfica automática - SDC/BUGG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

R175g Ramos, Juliana Moreira
A Geografia e a Visão Generalizada sobre o Continente Africano : um Olhar sobre a BNCC e sobre a Lei 10.639/03 / Juliana Moreira Ramos. - 2025.
26 f.: il.

Orientador: Ricardo Abrate Luigi Junior.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação)-Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Campos dos Goytacazes, 2025.

1. África (Continente Africano). 2. História da África. 3. Ensino de Geografia. 4. Base Nacional Comum Curricular. 5. Produção intelectual. I. Luigi Junior, Ricardo Abrate, orientador. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional. III. Título.

CDD - XXX

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, que me possibilitou caminhar todo o trajeto até aqui e me capacitando todos os dias.

Aos meus pais, que sempre me apoiaram e estiveram ao meu lado me ajudando em tudo o que estava aos seus alcances.

À minha irmã, que sempre me incentivou em toda a minha caminhada educacional e que também é a minha maior influência.

A toda minha família, que esteve comigo por todo esse tempo.

Ao meu marido, que não me permitiu desistir, que me incentivou nos dias mais difíceis e que sempre me apoiou.

Aos meus amigos de curso, em especial Gabriel e Maxwell, que compartilharam tantas experiências, informações, conhecimentos e incentivos.

Por fim, a todo o corpo docente da faculdade, que são profissionais de excelência e ensinam com tanta maestria, em especial a então coordenadora Maria Carla, que sempre esteve presente e me auxiliou em momentos pontuais e muito importantes na minha caminhada dentro da faculdade, e ao meu querido orientador Prof^o. Ricardo Luigi, que aceitou o desafio de me orientar, com pouco tempo para desenvolver o meu trabalho.

RESUMO

O presente trabalho tem como tema a generalização do continente africano, em que por vezes se desconsidera sua diversidade ambiental, cultural, social, econômica e política, sendo a África vista como um bloco homogêneo. Percebe-se que essa visão generalizada sobre o continente africano ocorre desde o conteúdo abordado na Geografia Escolar, motivo pelo qual foi realizada uma análise documental da BNCC, nas habilidades e competências relacionadas ao ensino do continente africano nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, além de terem-se investigado referências que abordam as generalizações do continente africano. Apresentam-se perspectivas que demonstram parecer não haver diferenciação entre os países africanos, prevalecendo uma visão estereotipada, resumida a um continente empobrecido, com savanas e doenças disseminadas. Diante disso, a pergunta que orienta a pesquisa é: Como ocorre a generalização do continente africano na Geografia Escolar? A partir da análise da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), visa-se responder a essa pergunta, como forma de identificar por onde essa generalização começa e a falta de conteúdos mais direcionados às diversidades particulares dos 54 países que compõem o continente africano. O objetivo geral deste trabalho, assim, é compreender como se dá a generalização do continente africano na geografia, na educação básica, tendo como objetivos específicos identificar as habilidades e competências na BNCC, referentes ao continente africano, e comparar os conteúdos estabelecidos na BNCC com a Lei 10.639/03. Como resultados, foi possível identificar a falta de conteúdos direcionados ao continente africano na maior parte dos anos finais do ensino fundamental, além de uma má distribuição desses conteúdos quando presentes. Para garantir que esses conteúdos sejam trabalhados em sala de aula, foi criada a Lei 10.639/2003, que garante a obrigatoriedade dos conteúdos direcionados ao povo afro-brasileiro, para trabalhar a história, a cultura e suas contribuições.

Palavras-chave: África. História da África. Ensino de Geografia. Base Nacional Comum Curricular.

ABSTRACT

The theme of this work is the generalization of the African continent, in which its environmental, cultural, social, economic and political diversity is sometimes disregarded, with Africa being seen as a homogeneous bloc. It can be seen that this generalized view of the African continent occurs from the content covered in School Geography, which is why a documentary analysis of the BNCC was carried out, in the skills and competencies related to teaching the African continent in the initial and final years of elementary school, in addition to investigating references that address generalizations of the African continent. These perspectives show that there seems to be no differentiation between African countries, with a stereotyped view prevailing, summarized as an impoverished continent, with savannahs and widespread diseases. In view of this, the question guiding this research is: How does the generalization of the African continent occur in school geography? Based on an analysis of the BNCC (Base Nacional Comum Curricular), the aim is to answer this question, as a way of identifying where this generalization begins and the lack of content that is more focused on the particular diversities of the 54 countries that make up the African continent. The general objective of this work is to understand how the African continent is generalized in geography, in basic education, with the specific objectives of identifying the skills and competences in the BNCC, referring to the African continent, and comparing the contents established in the BNCC with Law 10.639/03. As a result, it was possible to identify the lack of content directed at the African continent in most of the final years of primary education, as well as a poor distribution of this content when present. In order to ensure that this content is taught in the classroom, Law 10.639/2003 was created, which makes it compulsory to teach about the history, culture and contributions of Afro-Brazilian people.

Keywords: Africa. African continent. Generalization. School Geography. BNCC.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	DESENVOLVIMENTO	10
2.1	África: país ou continente?.....	10
2.2	A África na Geografia Escolar.....	16
2.3	A Lei 10.639/03 e a sua contribuição no combate às generalizações sobre o continente africano	21
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
	REFERÊNCIAS	25

1- INTRODUÇÃO

Por vezes, o continente africano é retratado como um grupo homogêneo, ou seja, desconsideram-se as pluralidades existentes nessa região, em cada um de seus territórios. Neste sentido, o trabalho busca contribuir para a compreensão de que as generalizações relacionadas à África a tratam como um “grande país”, desconsiderando as diversas culturas, histórias e paisagens.

É preciso observar mais esse continente, que sempre foi representado de forma tão caricata, pejorativa e descolada da realidade até mesmo pela ciência. Mesmo nas produções acadêmicas é possível encontrar generalizações sobre a África (Santos, 2019). Trabalhar as particularidades do continente africano se torna imprescindível, ainda mais quando se tem povos africanos como formadores da população do Brasil.

Para alcançar os objetivos delimitados neste trabalho, será adotada uma abordagem de pesquisa bibliográfica, fundamentada na análise de referências que estudam o continente africano. Este estudo é composto por um desenvolvimento em 3 partes. A primeira parte irá discutir a generalização sobre o continente africano, ressaltando as pluralidades existentes nesse território que são desconsideradas. A segunda parte faz uma análise das habilidades e das competências existentes na BNCC (Base Nacional Comum Curricular), do conteúdo proposto sobre o continente africano nos anos iniciais e finais do ensino fundamental. A terceira parte compara os conteúdos da BNCC sobre a África com a Lei 10.639/03.

O presente trabalho tem como objetivo geral compreender os problemas causados pela generalização do continente africano e, como objetivos específicos, identificar as habilidades e competências na BNCC referente ao continente africano; analisar o processo histórico do continente africano, identificando os principais eventos e narrativas que contribuíram para a construção e a intensificação de estereótipos sobre a África ao longo do tempo; comparar os conteúdos estabelecidos na BNCC com a Lei 10.639/03.

Há uma necessidade de ampliar o estudo do continente africano nos currículos escolares, atribuindo maior ênfase nas particularidades dos territórios, de modo que se considerem a cultura, a política, a economia e a história desses territórios (Santos, 2022). Trabalhar os conteúdos de geografia da África na sala de aula é uma tarefa desafiadora, especialmente diante dos obstáculos relacionados à formação do professor. Neste sentido, existem desafios persistentes na abordagem dos aspectos geográficos e cartográficos relacionados à África, na Geografia Escolar, do ensino fundamental e médio, no Brasil.

2- DESENVOLVIMENTO

Sendo a África um continente subestimado pelo mundo, visto como inferior aos demais ou reduzido a estereótipos engessados pela sociedade mundial, é importante conhecer o continente e ressaltar suas diversidades, seu processo histórico e seu desenvolvimento, verificando, ainda, de que forma a África é abordada na BNCC e como a Lei 10.639/03 contribui no combate às generalizações sobre o continente africano.

2.1 África: país ou continente?

Ao longo dos anos, a África vem sendo representada pela indústria cultural, em filmes, história, noticiários e diversos outros meios de comunicação, com ênfase, em sua maioria, na pobreza, nas savanas, doenças e na fome de sua população. Essa representação causa uma visão estereotipada¹ de um continente com uma ampla extensão territorial e carregado de diversidade, como citado por Santos (2019), que destaca que é preciso um exercício genuíno de observação desse continente, que sempre foi representado de forma tão caricata, pejorativa e descolada da realidade, até mesmo pelos cientistas, sendo possível afirmar que há muita produção acadêmica generalista sobre a África.

A falta de embasamento teórico sobre as diversidades existentes no continente africano faz com que essa visão superficial se perpetue. A grande maioria das produções acadêmicas, segundo Santos (2019), reproduzem diversos estereótipos sobre a África, sem mencionar e valorizar a grande diversidade encontrada neste continente, em seus diversos territórios.

É necessário que sejam abordadas as particularidades dos diversos territórios africanos, levando em consideração as especificidades ambientais, sociais, econômicas e políticas de cada uma delas, conforme apontado por Santos (2019), atentando às singularidades de um determinado lugar e, a partir disso, buscando entender sua relação com escalas geográficas mais amplas, num esforço de complexidade contrário à tentadora e redutora generalização.

Tornou-se comum a imagem de um lugar desprovido de riquezas, sendo um continente em miséria, onde o que prevalece é a pobreza, as savanas e culturas exóticas. Esta visão

¹ Estereótipo é uma forma de preconceito ou julgamento prévio, geralmente enraizado no senso comum e transmitido ao longo das gerações. Carrega fortes elementos valorativos e emocionais, influenciando a percepção das pessoas sobre determinados grupos ou situações (Baccega, 1998).

prorroga um preconceito pelas pessoas africanas e em relação à população afrodescendente, tornando a África como inferior aos outros, contribuindo assim, para a desvalorização do continente africano, e também influencia na visão ocidental sob povo afrodescendente.

No que se refere ao ensino sobre a África, é necessário que os conteúdos a serem aplicados sejam abordados de forma mais individual, valorizando os principais aspectos e as diversidades, uma vez que o continente é composto por diversos países com suas próprias questões particulares. Há características geográficas e socioeconômicas que levam os especialistas a enquadrarem-nos em regiões específicas, como apontam Luigi e Pennaforte (2010).

As generalizações, que foram disseminadas durante anos, criam um imaginário de uma África excluída em relação aos outros continentes. Esse imaginário se consolidou após o fim da Guerra Fria, com uma ameaça de uma “África comunista” (Luigi e Pennaforte, 2010). O continente africano é apresentado pelas grandes mídias com estereótipos de safáris, pobreza, entre outros. Essas características não retratam a realidade de todo o continente, mas somente de uma parte, a pobreza não está presente em toda África, assim como a miséria. Tais preconceitos podem ser reduzidos com a ampliação da inserção de conteúdos afrodescendentes e suas contribuições na formação da população brasileira. Os afrodescendentes e os imigrantes africanos são invisibilizados na sociedade brasileira segundo Paiva (2017).

A generalização do continente africano resulta em uma visão inferiorizada, que invisibiliza os avanços e o desenvolvimento desse continente, que possui uma multiculturalidade. Através desses estereótipos, que surgem a partir da análise de partes do continente africano, cria-se uma visão que é tomada, muitas vezes, como equivalente ao todo.

A África é um continente que possui 54 países, com uma extensão de 30 milhões de quilômetros quadrados, com cerca de mais de 1 bilhão de habitantes, segundo Santos (2022) e conforme demonstra a figura 1. Diante disso, é possível considerar que, devido à extensão territorial do continente africano, a ideia da existência de uma diversidade cultural, social e política é indissociável. Quando se considera uma parte para explicar o todo, se desconsidera todo o avanço e a diversidade que nele se encontra. Mesmo com uma grande extensão territorial e a quantidade de países encontrados na África, ocorrem diversas generalizações que reduzem tal continente a ideia de um “país”.

com Santos (2022), a África vem apresentando avanços econômicos que visam uma estabilidade, ampliando os negócios com outras regiões do mundo:

Além das elevadas taxas de crescimento econômico, o afro-otimismo pode ser observado no fato de que muitos países no continente estão caminhando de forma sólida e vigorosa rumo à estabilidade e à democratização de seus regimes políticos, o que tem permitido a criação de um ambiente de negócios mais atraente para o capital privado nacional estrangeiro, como tem ocorrido na Etiópia, em Gana, no Quênia, em Moçambique, na Nigéria, na África do Sul, entre outros (Santos, 2022, p. 16).

Sendo assim, é importante apresentar os avanços que estão sendo alcançados pela África. Para que isso aconteça é necessário que os materiais didáticos, como livros infantis, filmes e até mesmo as redes de comunicação, retratem a África como um continente pluralizado.

O continente africano é definido como “rico, porém pobre”, referindo-se às riquezas naturais e às diversidades culturais. Porém, é visto como sinônimo de pobreza quando comparado aos demais continentes. Para compreender por que esse continente é identificado por seus problemas sociais e econômicos, é preciso conhecer seu histórico, no contexto mundial, no decorrer dos anos.

As implicações territoriais e culturais na África se estabelecem a partir da colonização, quando os mercados europeus começaram a estabelecer relação com o continente para obtenção de escravos e ouro. No caso da África, no decurso da história, durante os períodos de guerras, aqueles que eram derrotados acabavam sendo escravizados, como aponta Pennaforte (2013):

As sociedades africanas conheceram a escravidão muito antes de os europeus, no século XV, comercializarem negros e indígenas. Nas comunidades africanas, os escravos, que chegavam a essa condição devido às guerras, viviam com suas famílias e eram integrados à sociedade para a qual se destinavam, ainda que alguns pesquisadores afirmem que, em Jenne e Timbuktu, chefes locais tivessem cem ou duzentos escravos a serviço, alguns destes chegando a ocupar cargos de destaque na administração. Entretanto, em nenhuma sociedade africana o número de escravos era superior ao de homens livres (Pennaforte, 2013, p. 14-15).

Devido à procura em relação ao comércio de escravos, que acontecia no litoral do Oceano Atlântico, que era a porta de entrada e saída do continente, muitas pessoas começaram a migrar para o interior do continente para fugir, o que causou a falta de mão de obra no litoral.

A partir do século XIX, a Europa começou a colonização no território africano, tendo a implementação de indústrias como o principal elemento do desenvolvimento econômico, o que resultou, em muitas nações africanas, em desorganização social, já que as práticas que eram realizadas, como a caça e a pesca, começaram a ser abandonadas pelos trabalhadores que se deslocaram para o sistema fabril. Para isso, conflitos por disputas de minérios, pedras preciosas, entre outros começaram a se disseminar pelo continente, o que resultou na chamada partilha da África (Pennaforde, 2013).

Essa nova organização social causou mudanças na relação de parte da sociedade africana com a natureza, que deixou de ser vista como recurso de sobrevivência e passou a ser fundamental para gerar lucro. Com base nisso, potências europeias impuseram a povos africanos seus costumes, suas religiões e seu modo de vida. Essa exploração de povos africanos e de suas riquezas naturais foi rebatida, pois muitas nações africanas apresentaram resistência contra essa dominação, como menciona Pennaforde (2013):

A dominação e exploração imperialista da Europa duraram várias décadas, mas isso não quer dizer que os povos africanos não tenham resistido a essa situação, procurando combatê-la. A força militar, porém, era desigual, e os levantes e revoltas na África foram severamente reprimidos (Pennaforde, 2013, p. 20).

As nações africanas se mobilizaram em busca da independência, passando a liderança política para a elite local, porém, tal atitude não gerou a independência total dos países, já que economicamente não eram independentes das antigas metrópoles. Segundo Pennaforde (2013), muitos países africanos eram impedidos, por seus colonizadores, de se organizarem para que juntos conseguissem a sua independência. Para que essa grande organização não acontecesse, potências europeias se aproveitaram dos conflitos internos do continente. A colonização foi prejudicial para o continente africano, não contribuindo para o seu desenvolvimento, e explorando seus territórios e as riquezas que ali encontraram.

Essa união dos povos africanos, tão temida pelos europeus, foi nomeada por Pennaforde (2013) de “pan-africanismo”, que seria a ideia de união desses povos em prol dos direitos civis e étnicos dos diversos povos africanos. A ideia seria de, após a maioria dos países se tornarem independentes, tornar todo o continente africano em apenas um país, constituindo os “Estados Unidos da África”, o que não se concretizou, mas contribuiu para a ampliação de estereótipos.

As divisões sociais e políticas, durante o processo de independência, resultaram em guerras civis, que geraram mortes e fortes impactos econômicos, ambientais e sociais. As

guerras geraram grande destruição, trazendo um quadro de pobreza extrema, já que alguns governos de países africanos negociaram diversos recursos em troca de armamentos. O resultado das guerras foi a imagem de um continente regado de doenças e mortes por minas terrestres. Tais conflitos alimentaram o apoio ao autoritarismo, o que resulta ainda hoje em golpes de Estado com a participação ativa de militares em diversos países da África, como: Níger, Gabão, Guiné, Sudão e Chade. Os golpes de Estado partem principalmente da ideia de luta contra a corrupção, já que a corrupção está em constante aumento, o que é sentido pela população. Há então um receio das tentativas de golpe de Estado aumentarem, tendo em vista o sucesso que essa prática teve em alguns países da África.

Esses golpes refletiram nas reações do Cedeao (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental), que é um bloco econômico ao qual pertencem países do oeste da África, que estabeleceu sanções econômicas logo depois ao golpe de Estado que ocorreu em Níger, visando inibir novas tentativas de golpe de Estado; e também da França que foi um dos países afetados pelos golpes fora do continente africano, já que, dentre os países que realizaram golpes de Estado, muitos foram colonizados pela França. Países africanos que tiveram golpes de Estado recentemente, receberam investimentos econômicos da China e apoio militar da Rússia para que conseguissem se posicionar fortemente, como aponta Miné Junior (2024). Esse apoio se deve, além de interesses geopolíticos, ao interesse na exploração econômica dos países do continente, aproveitando seus recursos naturais.

O continente africano possui uma diversidade de riquezas naturais. Recursos esses que foram grandes atrativos para que os europeus colonizassem seus países. As características naturais da África incluem desertos rigorosos, mas também áreas com grandes potenciais de desenvolvimento. Os rios africanos não eram indicados para navegações devido a suas quedas d'água, o que facilitava a construção de hidrelétricas, que dependem diretamente dessas características, segundo Pennaforte (2013). Por conta disso, a África é considerada o continente com o maior potencial hidráulico do planeta.

O continente africano está situado em uma área quente do planeta, constituída por árvores, arbustos, vegetação rasteira e florestas, similar à Floresta Amazônica, que fornece madeiras consideradas nobres para fabricação de móveis, por exemplo, gerando assim grandes áreas desmatadas, como indicado por Pennaforte (2013):

Na parte centro-ocidental da África, localiza-se a bacia do Congo, em plena região equatorial, onde se verificam chuvas abundantes e temperaturas elevadas (média entre 25 °C e 30 °C) durante todo o ano. Essa imensa floresta equatorial, bastante úmida, é bem parecida com a nossa floresta

Amazônica e domina toda a região. Rica em madeiras de lei, como são chamadas as madeiras nobres e apropriadas principalmente para a fabricação de móveis, essa parte da África está sujeita ao desmatamento excessivo (...). (Pennaforde, 2013, p. 37)

Esse desmatamento corrobora para o processo de desertificação aumentando assim a extensão dos desertos. Essa desertificação também foi ampliada pelas guerras e pela exploração mineral, como aponta Santos (2022). Esses desertos são marcados por variações de temperaturas bruscas durante o dia, fazendo muito calor no período da manhã e muito frio no período da noite. O deserto é outro aspecto que também é representado de forma estereotipada e corresponde a uma grande característica do continente africano. O mais conhecido deles é o Saara, que, segundo Pennaforde (2013), é o deserto mais extenso do mundo, sendo maior que o território brasileiro. A presença desses desertos justifica também o baixo índice pluviométrico de algumas regiões do continente africano.

A África possui também uma grande diversidade em sua fauna, com animais como chimpanzés e gorilas, entre diversas espécies de animais que correm risco de extinção, resultado das ações humanas. Faunas essas que são reconhecidas como algo característico do continente, que recorrentemente já foi e ainda é reportado em diversos meios de comunicação de forma harmônica e intocável.

Com isso, é possível considerar a África como um continente rico, porém, a falta de investimentos, a degradação do solo causada pelo desmatamento, pelos conflitos e pela mineração, enfim, as diversas formas de exploração a que vem sendo submetida, prejudicam o desenvolvimento econômico do continente, impedindo que se oferte devidamente e de forma generalizada à população educação, saúde, transporte, saneamento básico, água potável, entre outros. Devido aos seus problemas socioeconômicos, a expectativa de vida da população do continente é baixa, fazendo com que a maioria da população não chegue a mais de 40 anos.

O ranking do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 2011 aponta que todos os 10 países menos desenvolvidos do mundo pertencem ao continente africano. Esses dados refletem como o continente ainda precisa se desenvolver, o que reforça a imagem de um país “rico, porém pobre”, como menciona Pennaforde (2013). Atualmente, as posições dos países africanos no IDH não mudaram muito, já que o Índice de Desenvolvimento Humano de 2022 aponta, segundo Galvão Júnior (2024), que entre os cinco países com menores IDHs, três são países africanos, sendo eles: República Centro-Africana, Níger e Chade.

2.2 A África na Geografia Escolar

Para compreender como o continente africano está sendo apresentado no currículo escolar, torna-se importante a análise da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), que é um documento que orienta quais conteúdos serão desenvolvidos pelos alunos ao longo de suas vidas escolares. O documento é dividido em habilidades e competências, orientadas por princípios éticos, políticos e estéticos. A BNCC é um conjunto progressivo e integrado de conhecimentos essenciais, aplicáveis em todas as etapas e modalidades da educação (Brasil, 2018).

Estudar geografia é uma oportunidade para compreender o mundo em que se vive, na medida em que esse componente curricular aborda as ações humanas construídas nas distintas sociedades existentes nas diversas regiões do planeta (Brasil, 2018). Sendo assim, os conteúdos da Geografia Escolar devem abordar aspectos históricos, políticos, econômicos e sociais de todos os territórios.

É importante promover a reflexão crítica, as relações sociais e políticas do continente africano, conforme apontado por Silva (2023). Para isso, os professores precisam ter acesso a textos e informações recentes sobre essa temática, para que o conteúdo seja compartilhado de forma atualizada, apresentando as diversidades encontradas no continente africano.

No ciclo final do ensino fundamental, que compreende os anos do 6º ao 9º ano, há uma abordagem mais aprofundada das noções de temporalidade, espacialidade e diversidade (Brasil, 2018). Em virtude disso, as habilidades direcionadas ao ensino de outros territórios se concentram nessa etapa.

Quadro 1: Habilidades correspondentes ao ensino sobre a Geografia Escolar no ensino fundamental

6º Ano – Ensino Fundamental Anos Finais	Não aborda especificamente o continente africano em suas habilidades.
7º Ano – Ensino Fundamental Anos Finais	(EF07GE03) Selecionar argumentos que reconheçam as territorialidades dos povos indígenas originários, das comunidades remanescentes de quilombos, de povos das florestas e do cerrado, de ribeirinhos e caiçaras, entre outros grupos sociais do campo e da cidade, como direitos legais dessas comunidades. (EF07GE04) Analisar a distribuição territorial da população brasileira, considerando a diversidade étnico-cultural (indígena, africana, europeia e asiática), assim como aspectos de renda, sexo e idade nas regiões brasileiras.

<p>8º Ano – Ensino Fundamental Anos Finais</p>	<p>(EF08GE05) Aplicar os conceitos de Estado, nação, território, governo e país para o entendimento de conflitos e tensões na contemporaneidade, com destaque para as situações geopolíticas na América e na África e suas múltiplas regionalizações a partir do pós-guerra.</p> <p>(EF08GE06) Analisar a atuação das organizações mundiais nos processos de integração cultural e econômica nos contextos americano e africano, reconhecendo, em seus lugares de vivência, marcas desses processos.</p> <p>(EF08GE08) Analisar a situação do Brasil e de outros países da América Latina e da África, assim como da potência estadunidense na ordem mundial do pós-guerra.</p> <p>(EF08GE09) Analisar os padrões econômicos mundiais de produção, distribuição e intercâmbio dos produtos agrícolas e industrializados, tendo como referência os Estados Unidos da América e os países denominados de Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).</p> <p>(EF08GE13) Analisar a influência do desenvolvimento científico e tecnológico na caracterização dos tipos de trabalho e na economia dos espaços urbanos e rurais da América e da África.</p> <p>(EF08GE18) Elaborar mapas ou outras formas de representação cartográfica para analisar as redes e as dinâmicas urbanas e rurais, ordenamento territorial, contextos culturais, modo de vida e usos e ocupação de solos da África e América.</p> <p>(EF08GE19) Interpretar cartogramas, mapas esquemáticos (croquis) e anamorfozes geográficas com informações geográficas acerca da África e América.</p> <p>(EF08GE20) Analisar características de países e grupos de países da América e da África no que se refere aos aspectos populacionais, urbanos, políticos e econômicos, e discutir as desigualdades sociais e econômicas e as pressões sobre a natureza e suas riquezas (sua apropriação e valorização na produção e circulação), o que resulta na espoliação desses povos.</p>
<p>9º Ano – Ensino Fundamental Anos Finais</p>	<p>(EF09GE03) Identificar diferentes manifestações culturais de minorias étnicas como forma de compreender a multiplicidade cultural na escala mundial, defendendo o princípio do respeito às diferenças.</p>

Fonte: Elaborado por Ramos (2024), com base em Brasil (2018).

A partir da análise das habilidades da BNCC, é possível identificar a ausência de habilidades direcionadas ao continente africano em alguns anos escolares. No 6º ano não há nenhuma habilidade que seja direcionada à África. Do 7º até o 9º ano, existem habilidades que trabalham o continente africano, entretanto, a ênfase desses conteúdos fica mesmo no 8º ano do ensino fundamental.

No 7º ano é possível observar que há duas habilidades relacionadas ao continente africano, sendo elas a EF07GE03 e a EF07GE04.

(EF07GE03) Selecionar argumentos que reconheçam as territorialidades dos povos indígenas originários, das comunidades remanescentes de quilombos, de povos das florestas e do cerrado, de ribeirinhos e caiçaras, entre outros grupos sociais do campo e da cidade, como direitos legais dessas comunidades (Brasil, 2018, p. 423)

Essa habilidade refere-se ao período de colonização do Brasil, que ocorreu após a chegada dos africanos que foram trazidos e escravizados com a finalidade de trabalhar nas lavouras. Aqueles que conseguiram fugir da escravidão, formaram então as comunidades quilombolas, que ainda hoje existem com remanescentes quilombolas.

A outra habilidade evidencia a diversidade étnico-cultural no Brasil, a partir da constituição da população brasileira formada por indígenas, africanos, europeus e asiáticos que chegaram no decorrer dos anos:

(EF07GE04) estabelece a análise a distribuição territorial da população brasileira, considerando a diversidade étnico-cultural (indígena, africana, europeia e asiática), assim como aspectos de renda, sexo e idade nas regiões brasileiras (Brasil, 2018, p. 423).

O 8º ano possui 8 habilidades direcionadas ao continente africano, tendo ênfase na abordagem desses conteúdos. As habilidades EF08GE05 e EF08GE08 destacam o período pós-guerra da África. Os conflitos são apontados como principais causadores do fracasso econômico e desertificação do solo do continente africano, devido ao grande número de mortes e bombas utilizadas. Essa narrativa tenta justificar uma imagem inferiorizada do continente que se perpetua até os dias atuais. Tais habilidades têm como objetivo analisar o papel dos Estados Unidos, da América Latina e da África na nova configuração da ordem mundial após a Segunda Guerra Mundial e em como esses conflitos influenciaram no desenvolvimento dos Estados Unidos tornando um país desenvolvido e uma potência global, sendo essa ascensão um dos motivos para o impacto na economia do continente africano. Sendo necessário para isso, aplicar conceitos como Estado, nação, território, governo e país.

Já a habilidade EF08GE06 envolve compreender como as organizações internacionais (como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio (OMC), entre outras) influenciam e

moldam as dinâmicas culturais e econômicas em diferentes partes do mundo, especialmente na América e na África. Tais habilidades se referem a geografia econômica que deve ser transmitida de forma atrativa aos alunos, tornando-os capazes de contextualizar o assunto abordado em aula e relacionar com sua realidade, como afirma Manhães (2022):

(...) É necessário de os estudantes terem contato com uma geografia econômica dinâmica e vibrante, que dialogue com suas vivências, com seu cotidiano e não que seja representada de maneira abstrata ou que trate de processos distantes de sua realidade ou ainda que fragmente essa subárea e não considere os aspectos que impactam os fenômenos econômicos. (Manhães, 2022, p. 15).

As habilidades EF08GE09 e EF08GE13 são direcionadas a compreender como esses blocos de países interagem e participam da economia global através dos aspectos de produção, distribuição e comércio de produtos agrícolas e industrializados, sendo necessário, para isso, entender qual o papel de cada um desses países africanos no mercado global.

A habilidade EF08GE13 consiste na análise das interferências causadas pelas inovações tecnológicas e científicas nos trabalhos agrícolas e nas atividades urbanas da América e da África.

As últimas duas habilidades inseridas no 8º ano do ensino fundamental são a EF08GE18 e a EF08GE19, que se referem à cartografia, que inclui a capacidade do aluno de criar e realizar a leitura de mapas para identificar e interpretar redes e dinâmicas territoriais, culturais e sociais relacionados à América e à África. A cartografia é de extrema importância também no estudo do continente africano, contribuindo para o conhecimento sobre a sua diversidade e para combater generalizações, como apontam Santos et.al (2012):

Atualmente a cartografia tornou-se indispensável em vários campos de estudos e discussões, principalmente no âmbito escolar, pois facilita a interpretação espacial através das diversas formas de representar o espaço geográfico. Uma grande contribuição da representação cartográfica no ensino se dar (sic) ao uso de mapas que é um meio de representação da superfície da terra, estes auxiliam na compreensão dos estudos nas diversas áreas do conhecimento em especial ao da Geografia (Santos et al, 2012, p. 4).

A habilidade EF08GE20 envolve a análise das diversidades territoriais, sociais e naturais da América e da África, propondo discussões sobre desigualdades sociais e econômicas desses continentes.

No 9º ano, foi identificada apenas uma habilidade referente ao continente africano, a EF09GE03, que consiste em apresentar as multiculturalidades nos grupos minoritários como forma de desenvolver o respeito mútuo entre as diferenças existentes globalmente.

A falta de conteúdos relacionados ao continente africano e suas contribuições reforçam estereótipos já existentes em nossa sociedade. Tais estereótipos são apresentados em livros, filmes e séries. A Geografia Escolar tem um papel fundamental para que as diversidades desse continente seja apresentado de forma dinâmica e aprofundada com a contribuição de mapas e tabelas.

A partir da análise da BNCC, algumas dúvidas podem surgir, como: Por que estudar o sobre o continente africano? É obrigatório? E para a respostas dessas perguntas vamos analisar a Lei 10.639, criada em 2003, que estabelece a obrigatoriedade da inserção dos conteúdos que trabalhem a história e a cultura dos povos africanos e as suas contribuições na cultura brasileira. Essa lei visa reduzir os preconceitos e estereótipos relacionados ao continente africano e também reduzir o preconceito racial enraizado em nossa sociedade. Essa lei se torna necessária diante de um cenário do nosso país, que valoriza as características físicas e culturais europeias e reproduz o preconceito racial, religioso e cultural ligados aos afrodescendentes.

2.3 A Lei 10.639/03 e a sua contribuição no combate às generalizações sobre o continente africano

A lei 10.639 consiste na obrigatoriedade do ensino da temática História e Cultura Afro-Brasileira, fazendo parte do conteúdo programático a história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira, entre outros temas ligados à cultura afro (Brasil, 2003).

A criação da lei busca o reconhecimento da luta e da cultura originada dos povos africanos, para que essa não seja esquecida e apagada da história. A normativa representa a luta dos movimentos negros em busca da inclusão da história dos descendentes africanos no currículo escolar, conforme apontado por Santos (2022).

A inserção desta lei busca também minimizar os problemas de preconceitos e de exclusão racial enraizados na sociedade, que podem estar ligadas à falta de conhecimento e reconhecimento das contribuições dos povos afrodescendentes, como apontam Souza e Freire (2022):

(...) O preconceito inculcado perpassa ações mais simples e rotineiras, que nem sempre são percebidas no cotidiano. Estamos imersos num mundo concebido sob a perspectiva masculina, que se reitera através dos referentes e divindades no âmbito da religião, perpassando a construção filosófica, epistemológica e científica deste mundo, dos seres que habitam, das regras e valores éticos e morais. (Souza e Freire, 2022, p. 8).

A inclusão da normativa é uma forma de valorizar a história afro-brasileira e a história africana, demonstrando os desafios encontrados pelos diversos povos africanos e suas colaborações culturais, religiosas, de vocabulário e na formação populacional brasileira.

Assim, a partir da análise da BNCC, podemos perceber que há defasagens do ensino da África quando identificamos que algumas séries escolares não possuem conteúdos destinados ao continente africano. A existência da lei 10.639/03 se apresenta como sendo insuficiente para que haja a efetividade de uma educação sobre o continente africano. Os conteúdos direcionados ao continente africano não aprofundam sobre suas especificidades e não aparecem de forma a valorizar devidamente o continente.

Para que haja redução dos estereótipos relacionados ao continente africano, deve-se atentar à forma que os conteúdos relacionados à África vem sendo apresentado nos livros didáticos e trabalhado em sala de aula, como destacam Costa e Fernandes (2022):

“(...) uma visão generalizada acaba minando a possibilidade de um ensino emancipador e inclusivo, pois apaga e reforça estereótipos já superados. É preciso uma constante atualização e revisão das fontes e materiais didáticos trabalhados, de forma que os mesmos, busquem retratar a realidade”. (Fernandes e Costa, 2022. p.45)

Sendo assim, é importante que o professor, além de se basear nos conteúdos estabelecidos pela BNCC, busque ter acesso a textos que não generalizem e não reduzam o continente africano a estereótipos já disseminados em nossa sociedade, o que pode estar acontecendo também na abordagem da Geografia Escolar que se vê em alguns livros didáticos.

No Brasil, a falta de informação causa preconceitos raciais, culturais e religiosos, sendo comum a ocorrência de intolerância religiosa com as religiões de matriz africana, que são consideradas por parte da sociedade como religiões amaldiçoadas, já que, desde o período colonial, os povos negros eram considerados, de forma preconceituosa e generalista, como uma raça inferior, e devido a isso, tudo o que era relacionado a eles era considerado ruim, como mencionado por Fernandes e Costa (2022).

É comum que os alunos considerem o continente africano como um país, considerando que tais generalizações geram a imagem de um lugar homogêneo, ou seja, que em todos os lugares a paisagem, a economia e a população se dão da mesma forma. Assim, é comum a ideia de que a África é um continente exclusivamente de pessoas negras. Fernandes e Costa (2022) apontam que “em questões territoriais 50% afirmam que a África é um continente, 48% afirmam que não é um continente e 2% não souberam responder” (Fernandes e Costa, 2022, p. 46). Esses dados retratam a necessidade de se ampliar e revisar os conteúdos direcionados ao continente africano que vem sendo apresentados na educação brasileira. Tais estereótipos causam nos alunos a ideia de um território só, quando, na verdade, cada país do continente africano é único.

A inserção da lei 10.639/03 ainda não ocorre de forma efetiva, mesmo após mais de 20 anos da sua promulgação, sendo possível observar, a partir da análise da BNCC e de alguns livros didáticos, a ausência de conteúdos direcionados à valorização do continente africano e a falta de matérias específicas sobre a África em alguns cursos de licenciatura, como nos cursos de formação de professores de geografia. A inclusão dos conteúdos nos cursos de licenciatura se faz necessária, já que esses licenciandos serão responsáveis futuramente por educar sobre a África. Além disso, é necessário também a produção de textos e materiais que valorizem a cultura africana, para que os professores possam ter tais materiais para pesquisa, tendo em vista que os materiais didáticos produzidos a partir da BNCC refletem algumas ausências encontradas, no documento, referentes ao continente africano:

Analisando a BNCC, percebemos que ela não contempla a contento a temática das relações étnico-raciais. Desprestigia o processo histórico de luta e minimiza a importância do assunto, diluindo-o em meio a outros temas que emergem no cenário contemporâneo. Apresenta incoerência no que concerne à proposição de uma educação integral e prevê conhecimentos essenciais e metas pré-estabelecidas quando restringe as competências e habilidades ao saber e saber fazer, perspectiva técnica e limitante (Souza e Freire, 2022, p. 17).

Como apontam Souza e Freire (2022), a BNCC não ressalta o processo histórico do continente africano, os conteúdos são fragmentados e destacam estereótipos já existentes de uma região reduzida à pobreza, à disseminação de doenças e às guerras. É possível identificar que a visão hegemônica na sociedade é eurocêntrica, resultando na supervalorização da cultura e também das características físicas européias. Essa visão ressalta a necessidade de maior inserção do ensino da história e da cultura africana como meio de combater a generalização sobre o continente africano.

A Lei 10.639 foi atualizada pela Lei 11.645/08, que incluiu, para além da obrigatoriedade de se trabalhar conteúdos da história e cultura afro-brasileira, também a necessidade de reflexão sobre os povos indígenas, que não é o objetivo de abordagem deste trabalho.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A África é tratada com muitos estereótipos, alguns fomentados pela visão eurocêntrica, outras em seu contexto histórico, ignorando os avanços e as transformações. O continente africano conta com diversos aspectos que dificultaram o seu desenvolvimento, buscando minimizar os impactos causados pela colonização, pelos conflitos internos e pelas diversas guerras.

A partir da análise da BNCC é possível identificar que, na educação básica, no ensino fundamental 2, os conteúdos relacionados ao continente, além de mal distribuídos, com algumas séries com muitos conteúdos que se referem a ele, e outras com muito poucos ou nenhum, alguns desses conteúdos não exploram devidamente o contexto histórico, a diversidade e a situação atual da África, destacando seus avanços econômicos e políticos. Essa falta de conteúdos destinados à compreensão desse continente reforça estereótipos pré-existentes em nossa sociedade.

Um meio encontrado para que essas generalizações sejam reduzidas foi a inserção dos conteúdos direcionados ao continente africano na BNCC, buscando apresentar na sala de aula as diversidades culturais, políticas e econômicas encontradas na África. A obrigatoriedade dessa temática em sala de aula já está garantida por lei, visando a redução de disseminação de estereótipos e preconceitos direcionados às culturas afrodescendentes.

A inserção da lei 10.639/03 busca romper estereótipos ligados ao continente africano e, conseqüentemente, com as práticas racistas geradas pelo imaginário de um povo inferior, com culturas e práticas religiosas discriminadas pela sociedade. A sua aplicabilidade de forma correta nas escolas pode ocasionar não só a valorização e quebra de estereótipos voltada à África, mas também a valorização das características dos afrodescendentes na formação populacional do Brasil.

A África é um continente onde seus países, apesar de possuírem diversas similaridades, são bem diferentes uns dos outros. Há uma grande quantidade de produções de texto sobre ela, porém, poucas retratam as diversidades do continente. A África ainda é

estereotipada e pouco se fala da complexidade e dos avanços de seus territórios, remetendo sempre ao continente fragilizado e pobre.

É de extrema importância a inserção de conteúdos direcionados ao continente africano nas disciplinas escolares como a geografia. No caso da geografia, a pequena oferta e a má distribuição dos conteúdos, além de prejudicar o ensino-aprendizagem desse continente, faz com que esse continente seja trabalhado de forma fragmentada, impossibilitando a abordagem devida de seu contexto histórico e de suas diversidades, algo fundamental para desmistificar os estereótipos estabelecidos na sociedade e para combater os preconceitos relacionados à África.

REFERÊNCIAS

BACCEGA, Maria Aparecida. O estereótipo e as diversidades. **Comunicação & Educação**, 13, p. 7-14, 1998.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Lei n.º 11.645/2008, de 10 março de 2008. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

COSTA, Wanderson Sousa; FERNANDES, Helen Giovanna Pereira. Por uma Educação Transformadora: práticas educativas antirracistas. In: **As representações da África nos livros didáticos de Geografia do Ensino Médio do estado do Maranhão**. Editora Científica Digital. Vol.1, 2022.

GALVÃO JÚNIOR, Paulo. Análise do IDH dos Países Africanos que utilizam o Franco CFA. 2024. Disponível em <<https://jornalnorthnews.com/coluna/181/analise-do-idh-dos-paises-africanos-que-utilizam-o-franco-cfa>>. Acesso em: 12 dez. 2024.

IBGE. **Atlas geográfico escolar**. 9. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

LUIGI, Ricardo; PENNAFORTE Charles. A Integração Global do Continente Africano. In: **Perspectivas Geopolíticas: uma abordagem contemporânea**. Rio de Janeiro: Cenegri, 2010. p. 163-184.

MANHÃES, Jheimmys Douglas Barreto. A geografia econômica na base nacional comum curricular (BNCC): uma análise da proposta de ensino. Disponível em: <https://geografiacampos.uff.br/wp-content/uploads/sites/234/2023/05/Monografia_Jheimmys_FINAL.pdf>. Acesso em 26 dez. 2024.

MINÉ JUNIOR, Carlos Eduardo Cesar. **A nova onda de golpes de Estado na África**. 2024. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/golpes-de-estado/>>. Acesso em: 30 dez. 2024.

PAIVA, Thais. “**África sem estereótipos**”. 2017. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/afrika-sem-estereotipos/>>. Acesso em 29 dez. 2024.

PENNAFORTE, Charles. **África: horizontes e desafios no século XX**. 2ª ed. São Paulo: Atual, 2013.

SANTOS, Cátia dos; PEDROTTI, Alceu; MATOS, Alda Lisboa de; SANTANA, Ana Paula Silva de. A cartografia e o ensino de geografia. **Revista Geográfica de América Central**, n. 47, 2012.

SANTOS, Kauê. “**África precisa ser observada além dos estereótipos**”. 2019. Disponível em <<https://www.rfi.fr/br/podcasts/rfi-convida/20220801-%C3%A1frica-precisa-ser-observada-al%C3%A9m-dos-estere%C3%B3tipos-afirma-pesquisador-brasileiro>>. Acesso em: 01 set. 2024.

SANTOS, Kauê. **Africano: uma introdução ao continente**. Rio de Janeiro: Record, 2022.

SANTOS, Kauê. **O ocidente precisa parar de generalizar o “país chamado África”**. 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opinia/o-ocidente-precisa-parar-de-generalizar-o-pais-chamado-afrika/>>. Acesso em: 01 set. 2024.

SILVA, Matheus Henrique Pereira da. A alfabetização cartográfica como subsídio ao ensino de geografia da África no CEPI Dona Gercina Borges Teixeira em Porangatu-GO. 2023. 191f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós Graduação em Geografia, Porto Nacional, 2023.

SILVA, Matheus Henrique Pereira da; BISPO, Mariléia Oliveira. Explorando a geografia da África na sala de aula: Uma análise da BNCC como referência curricular. **Boletim Paulista De Geografia**, 1(111), 186–201, 2024. Disponível em: <<https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/3078>>. Acesso em: 24 nov. 2024.

SOUZA, Sawana Araújo Lopes de; FREIRE, Miriam Espíndula dos Santos. A lei nº 10.639/2003 na BNCC: incoerências e desafios. *Revista interterritórios*, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2022.256361>>. Acesso em: 25 dez. 2024.